

SUMÁRIO

O NOVO PROCEDIMENTO DO JÚRI - Marcelo Ribeiro	17
1. Breve história do júri	17
2. Tribunal do júri e poder judiciário.....	22
3. Princípios constitucionais sobre o júri.....	24
3.1. Plenitude da defesa	24
3.2. Sigilo das votações.....	25
3.3. Soberania dos veredictos.....	25
3.4. Competência para os crimes dolosos contra a vida.....	27
4. O novo procedimento do júri.....	28
4.1. Primeira fase – juízo da acusação.....	29
4.2. Organização do júri.....	43
4.2.1. Alistamento de jurados	43
4.2.2. Organização da pauta de julgamentos.....	48
4.2.3. Sorteio e convocação de jurados.....	49
4.2.4. Desaforamento	50
4.3. Segunda fase – juízo da causa	52
4.3.1. Preparação do processo para o julgamento	52
4.3.2. Sessão de julgamento	53
4.3.3. Quesitação	68
4.3.4. Quesitação de algumas situações mais comuns	80
5. Desclassificação e Lei 9.099/95	91
6. Sai de cena o recurso de protesto por novo júri.....	92
 REFORMAS PROCESSUAIS PENAIS NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO PROBATÓRIA - Marcos Eberhardt	99
1. Introdução.....	99
2. Sobre os sistemas de apreciação da prova	100
3. Sobre a distribuição do ônus da prova e os poderes instrutórios do magistrado	105
4. Sobre a vedação das provas ilícitas, efeitos práticos de sua juntada ao processo e, ainda, sobre as teorias ou princípios aplicáveis às provas ilícitas.....	108
5. Sobre o exame de corpo de delito e outras perícias: exame realizado por apenas um perito oficial.....	112
6. Ainda sobre o exame de corpo de delito e outras perícias: faculdade de nomeação de assistente técnico e formulação de quesitos	114
 OS PROCEDIMENTOS E A REFORMA – Fábio Roque Sbardellotto	135
1. Considerações introdutórias	135
2. Conceitos de processo e procedimento.....	139

3. Panorama dos procedimentos existentes a partir da reforma legislativa.....	141
3.1. Da natureza do procedimento para os crimes de competência do tribunal do júri.....	141
3.2. A nova classificação emanada da Lei n.º 11.719, de 20 de junho de 2008.....	142
4. Do procedimento comum ordinário.....	145
5. Do procedimento comum sumário.....	160
6. Procedimento sumaríssimo.....	166
6.1. Remessa dos autos do juizado especial criminal ao juízo criminal comum.....	172
7. Procedimento para crimes do estatuto do idoso.....	174
8. Procedimentos especiais.....	177
8.1. Procedimento especial para crimes praticados por funcionários públicos contra a administração pública.....	179
8.2. Procedimento para crimes de calúnia, difamação e injúria.....	183
8.3. Procedimento especial para os crimes contra a propriedade imaterial.....	191
8.4. Procedimento para os crimes de abuso de autoridade.....	196
8.5. Procedimento especial para crimes de licitações.....	200
8.6. Procedimento para crimes que caracterizem violência doméstica ou familiar contra a mulher.....	203
8.7. Procedimento para crimes de competência originária dos tribunais.....	204
8.8. Procedimento especial para crimes cometidos por meio da imprensa.....	207
8.9. Procedimento para crimes relativos a drogas.....	218
8.10. Procedimento especial para crimes eleitorais.....	225
8.11. Procedimento especial para crimes de responsabilidade praticados por prefeitos e vereadores estabelecido no Decreto-Lei n.º 201/67.....	229
9. Suspensão condicional do processo.....	231
10. Necessidade de a decisão de recebimento da denúncia ou queixa ser fundamentada.....	235

A PRISÃO PROVISÓRIA E O USO DE ALGEMAS NA REFORMA DO CPP -

Davi André Costa Silva	237
Breve contextualização.....	237
1 Prisão provisória pós-reforma no CPP.....	238
1.1 Situação anterior – “prisão automática”.....	238
1.2 O papel da doutrina e da jurisprudência na alteração legislativa.....	239
1.3 Natureza jurídica das prisões provisórias.....	239
1.4 O <i>periculum libertatis</i> como fundamento da prisão provisória.....	241

1.5 Situação atual – “prisão fundamentada”	242
1.6 “Prisão decorrente de sentença” x “prisão no momento da sentença” – nova concepção.....	242
1.7 Reflexos da reforma do CPP na legislação especial	243
2 Emprego de algemas	245
2.1 Previsão legal – ausência de regulamentação.....	245
2.2 Posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais anteriores à reforma	245
2.3 Emprego de algemas no Plenário do Júri – autorização legal para casos excepcionais	246
2.4 Emprego de algemas nos demais casos – orientação jurisprudencial – Súmula Vinculante n.º 11 do STF.....	247
2.5 Algemas-instrumento x algemas-símbolo – além da distinção semântica	247
2.6 A excepcionalidade e a necessidade como justificantes do emprego das algemas	248
2.7 Uso anormal das algemas – consequências jurídicas.....	249
2.8 Justificação da excepcionalidade por escrito.....	250
Considerações finais	251
Quadros-resumo dos pontos analisados	252
Quadros comparativos dos dispositivos analisados.....	253

A SENTENÇA PENAL DE ACORDO COM AS LEIS DE REFORMA - José

Paulo Baltazar Jr.	259
1. Livre Apreciação da Prova.....	259
1.1. Situação anterior.....	260
1.2. Problema.....	261
1.3. Reforma.....	261
2. Vedação da Prova Ilícita	263
2.1. Situação anterior.....	264
2.2. Problema.....	264
2.3. Reforma.....	265
2.4. Desentranhamento.....	266
2.5. Provas ilícitas por derivação.....	266
2.6. Veto.....	268
2.7. Prova ilícita a favor da defesa	269
3. Emenda da Acusação	269
3.1. Situação anterior.....	270
3.2. Problema.....	270
3.3. Reforma.....	271
4. Mudança da Acusação	272
4.1. Situação anterior.....	273
4.2. Problema.....	273
4.3. Reforma.....	273

5. Sentença Absolutória.....	275
5.1. Situação anterior	276
5.2. Problema.....	277
5.3. Reforma.....	277
6. Sentença Condenatória	281
6.1. Situação anterior	281
6.2. Problema.....	281
6.3. Reforma.....	281
6.4. Fixação dos danos civis.....	282
6.4.1. Situação anterior	282
6.4.2. Problema.....	283
6.4.3. Reforma	283
7. Prisão em decorrência da Sentença e Direito de Apelar em Liberdade	289
7.1. Situação anterior	289
7.2. Problema.....	291
7.3. Reforma.....	291
8. Sentença de Absolvição Sumária	292
8.1. Situação anterior	292
8.2. Problema.....	292
8.3. Reforma.....	293
9. Identidade Física do Juiz	293
9.1. Situação anterior	294
9.2. Problema.....	294
9.3. Reforma.....	294
10. Sentença em Audiência	294
10.1. Situação anterior	295
10.2. Problema.....	295
10.3. Reforma.....	296

ALTERAÇÕES HAVIDAS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PELO ADVENTO DA LEI Nº 11.689, DE 09/06/2008, NO QUE PERTINE À MATÉRIA DE RECURSOS - Douglas Fischer	301
1. Da aplicabilidade das novas disposições: o marco temporal da efetiva incidência dos dispositivos processuais penais atinentes aos recursos e que restaram alterados.....	301
2. Alterações das regras recursais atinentes ao procedimento do Júri.....	309
2.1. Dos recursos cabíveis no procedimento do júri de formação da culpa (judicium accusationis)	309
2.2. Da compatibilização do disposto nos arts. 397, IV e 581, VIII do CPP: a decretação da extinção da punibilidade comporta apelação ou recurso em sentido estrito?	317
2.3. Do protesto por novo júri, como recurso (então) oponível na fase do judicium causae	320